



ISSN: 0976-3376

Available Online at <http://www.journalajst.com>

ASIAN JOURNAL OF  
SCIENCE AND TECHNOLOGY

Asian Journal of Science and Technology  
Vol. 11, Issue, 08, pp.11132-11138, August, 2020

## RESEARCH ARTICLE

### CABO VERDE NA DIREÇÃO DE UMA ECONOMIA DESCARBONIZADA ROTEIRO FUNDIÁRIO E DE POLÍTICA AGRÍCOLA PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE BIODIESEL.

Manuel Robalo Évora<sup>1,\*</sup>, João Nildo de Souza Vianna<sup>2</sup>, António José Medina dos Santos Baptista<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Doutorando em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade de Cabo Verde e REALP

<sup>2</sup>Professor PhD, Centro do Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

<sup>3</sup>Professor Doutor, Escola de Negócios e Gestão da Universidade de Cabo Verde

#### ARTICLE INFO

##### Article History:

Received 17<sup>th</sup> May, 2020

Received in revised form

09<sup>th</sup> June, 2020

Accepted 24<sup>th</sup> July, 2020

Published online 30<sup>th</sup> August, 2020

##### Key words:

*Jatropha curcas* L., biodiesel, política agrícola, política agrícola.

#### ABSTRACT

Neste trabalho procura-se encontrar as melhores vias de viabilização da descarbonização da economia de Cabo Verde, procurando contornos fundiários ligados às políticas agrícolas e que determinam o pretense sucesso da descarbonização da economia. A análise historiográfica da estrutura agrícola, que se compôs desde a sua descoberta até a atualidade, e a política agrícola associada se junta a análise aos documentos de políticas mais recentes para vislumbrar uma solução viável, visando uma pretendida economia descarbonizada em Cabo Verde. Com base em fontes históricas, estudos de documentos oficiais de estratégias políticas e de planeamento económicos existentes, orientando-se no sentido de que são ultrapassáveis as restrições hídricas naturais e que se pode melhorar o aproveitamento dos exíguos solos aráveis em Cabo Verde, colocam-se questões relacionadas com a gestão de solos e de políticas agrícolas. Concomitantemente, pretende-se determinar a sustentabilidade da reintrodução da *Jatropha curcas* L. e a produção do biodiesel no país. Um fator de suporte ao combate às mudanças climáticas, degradação ambiental, garantia da sustentabilidade económica, social e ambiental do território é a valorização dos recursos naturais endógenos. A estrutura fundiária e a política agrícola são partes determinantes do sucesso da produção da *Jatropha* e do biodiesel.

Citation: Manuel Robalo Évora, João Nildo de Souza Vianna, António José Medina dos Santos Baptista. 2020. "Cabo Verde na direção de uma economia descarbonizada roteiro fundiário e de política agrícola para produção sustentável de biodiesel.", *Asian Journal of Science and Technology*, 11, (08), 11132-11138.

Copyright © 2020, Manuel Robalo Évora et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

## INTRODUCTION

Cabo Verde é um território em que predomina um clima árido e semiárido que, segundo reza a história, constituiu uma das barreiras ao seu povoamento. Uma vez enfrentados e vencidos os constrangimentos à sua ocupação, a prática da agricultura e pecuária foi sempre direcionada para sustentação do mercado externo de tráfico de escravos. Descartada a possibilidade de autossuficiência, o território tem servido como um espaço de economia de tráfico e de escalas marítimas, e nunca um território de destino. O território de Cabo Verde contou sempre histórias de secas, fomes e pobreza. Com independência, em 1975, um Estado independente e o território são assumidos como um espaço de partidas/chegadas, com obrigação de construir um ambiente político, social e económico autónomos e o desafio de driblar a sua aridez, insularidade, carência de combustíveis fósseis e sua exiguidade territorial. O país depende da importação de derivados do petróleo, já processados, para geração de eletricidade e sua mobilidade,

\*Corresponding author: Manuel Robalo Évora,  
Doutorando em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade de Cabo Verde e REALP.

terrestre e inter ilhas. Esta estrutura, coloca Cabo Verde refém da geopolítica do petróleo e é um portal para comprometer a sua segurança energética. Os biocombustíveis podem ser uma opção para compor uma "cesta" de energias renováveis, para superar essas dificuldades. É neste contexto que se insere este artigo. Com base em fontes históricas, estudos de documentos oficiais de estratégias políticas e de planeamento económicos existentes, orientados no sentido de que são ultrapassáveis as restrições hídricas naturais e a exiguidade de solos aráveis em Cabo Verde, coloca-se agora questões relacionadas com a gestão de solos e de políticas agrícolas e como poderão determinar a sustentabilidade da reimplantação da *Jatropha curcas* L. e produção do biodiesel no país. Ao mesmo tempo, torna-se um fator de suporte ao combate às mudanças climáticas, degradação ambiental, garantia de sustentabilidades económica, social e ambiental do território, através da valorização dos recursos naturais endógenos. Considerando a dimensão territorial de Cabo Verde e a relação do caboverdiano com a terra, nos seus quinhentos anos de história, será de importância ver como essa relação tem determinado a estrutura agro-económica e da própria cultura caboverdiana. Neste sentido, propõe-se explorar a questão fundiária e a forma como ela determinou o tipo de agricultura que vem sendo praticado em Cabo Verde e como isto tem condicionado

a política agrícola do país e, por consequência, como isto poderá condicionar a reintrodução da cultura da jatropha num contexto novo, um país independente e uma sociedade emancipada. A questão para a qual se procura resposta é: se forem garantidas outras condições, será a situação atual agrária e de políticas agrícolas para a realização do propósito de produção do biodiesel da jatropha em Cabo verde uma barreira? A hipótese adiantada é que o sistema agrário vigente e as políticas agrícolas atuais precisarão ser adaptados ao objetivo de se produzir biodiesel a partir da jatropha.

**RREFERENCIAL HISTÓRICO FUNDIÁRIA E AGRÍCOLA EM CABO VERDE:** No âmbito deste artigo, tomamos o conceito de políticas públicas, agrária e agrícolas, na perspectiva de que políticas públicas como atividade que busca sanar conflitos e estabilizar a sociedade pela ação da autoridade; como processo de construção de uma ordem que permita a pacificação e convivência entre pessoas diferentes, com interesses particulares e que buscam a felicidade para si, condição que seria assegurada pela ação política do Estado (Dias & Matos, 2012). O balizamento conceitual colocado torna a aplicação da política agrária e agrícola a Cabo Verde, anterior à independência, um anacronismo. Pois, os diversos pressupostos do conceito de políticas públicas não são aplicáveis a Cabo Verde, antes de se constituir como estado independente, em 1975. É evidente que nos dois períodos que antecedem o Estado de Cabo Verde (escravocrata e colonial) não existiu uma ordem que primasse pela pacificação e boa convivência entre pessoas diferentes nem a defesa de interesses antagónicas dos sujeitos em presença e, muito menos, a busca de sanidade das relações de estabilidade social, num contexto de existência de domínio violento de um grupo social minoritário, mas poderoso, sobre outro maioritário e frágil.

Destarte, as referências às estruturas agrárias e práticas agrícolas do período escravocrata e colonial de Cabo Verde não se enquadram em políticas públicas, mas antes, a vigência de ações que, entretanto, determinaram de diversas maneiras as políticas públicas do Estado de Cabo verde.

**Percursos Históricos da Propriedade Fundiária:** Numa primeira fase, ante a necessidade do aproveitamento do novo território, impunha-se o seu povoamento, pelo que, segundo (Santos, Torrão, & Soares, 2007), o rei D. Afonso V concedeu ao infante D. Fernando os territórios das ilhas de S. Jacob (ilha de Santiago), S. Filipe (Fogo), Maias (Maio), S. Cristóvão (Boa Vista) e Lana (Sal), mencionado pelo documento de doação datado de 3 de Dezembro de 1460. As dificuldades da nação Caboverdiana nascem com ela, atendendo ao facto de que, segundo (Santos, Torrão, & Soares, 2007), não sendo atrativa à ocupação humana, começou-se pela introdução do gado, de início, e só em 1462 e com muita dificuldade, verificou-se a ocupação de Santiago, atestada pela carta régia de 12 de junho de 1466, não sem medidas de aliciamento. Ainda assim, e apesar de se encontrarem portugueses aos quais se juntaram outros europeus, foi preciso recorrer à mobilização de escravos negros que, em 1770, de um total de 26000 almas, perto de metade eram negros. Após mudanças na coroa Portuguesa, com o a transição da monarquia de D. Afonso V para D. Manuel, passando por D. João II, surgiu a capitania-donatária, sob a cúpula do capitão-donatário. Primeiro, em Santiago, foram instituídas duas capitanias com limites indefinidos: a sul com sede na Ribeira

Grande e, a norte, com centro em Alcatrazes, entregues a António da Noli e a Diego Afonso, respetivamente. D. Manuel expandiu o controlo sobre todas as ilhas de Cabo Verde, atribuindo de juro e herdade, apenas vitaliciamente, sobre as ilhas de Santo Antão e do Fogo, a João Fonseca e a Fernão Gomes, respetivamente. Em regime de arrendamento, atribuiu as ilhas de Sal, Brava, Santa Luzia, Branco, e Raso a Francisco da Fonseca e seus herdeiros. Dentre os capitães, apenas Fernão Gomes detinha poderes judiciais sobre a ilha do Fogo, segundo Santos, Torrão, & Soares. Dado que, de acordo com Santos, Torrão, & Soares, o valor da ilha era determinado por ser um ponto de apoio à circulação transatlântica, um entreposto do comércio de escravos, cera e marfim, para o transporte para o reino, Castela, madeira, Canária, Flandres, etc., e inversamente, depósito de mercadorias europeias (panos, cavalos, quinquilharias, etc.), com destino à costa da Guiné, o povoamento das ilhas visava o litoral, enquanto as terras interiores ficavam sem relevância económica e dispensava grande quantidade de mão-de-obra. A carta régia de 1472, segundo o mesmo autor, veio alterar o modelo de colonização pela introdução do modelo agro-mercantil, ao acrescentar a dimensão produtiva à mercantilidade, obrigando os moradores de Santiago a produzir bens com valor na venda para compra de escravos no continente africano. Isto levou à valorização das terras férteis do interior da ilha. Contudo, o acesso à terra era controlado pela vontade régia, que definia as modalidades, o âmbito e a extensão da sua propriedade e fruição. A coroa ligou o mercador-morador à terra pelo regime de sesmaria<sup>1</sup>, que veio levar a formação de uma estrutura fundiária singular, à escala de Cabo Verde, em relação às outras ilhas do oriente, norte e Brava. Nas ilhas de Santiago e Fogo, vigoraram dois regimes jurídicos distintos de gestão e transmissão da terra. O primeiro, assente em vinculação<sup>2</sup> e, o segundo, na propriedade livre e plena, o alódio<sup>3</sup>. O regime de distribuição de terras terá contribuído para a dispersão dos patrimónios fundiários (Santos, Torrão, & Soares, 2007, p. 90). Porém, para contrariar a possibilidade de funcionários reinóis e comerciantes enriquecidos adquirirem as terras, interditiou-se a alienação, impossibilitando assim a circulação da propriedade. Isto levou a que, nos séculos XVII e XVIII, depois das condições expansivas do século XVI, se registasse uma falência da agricultura mercantil, no Fogo e em Santiago (Santos, Torrão, & Soares, 2007, p. 93).

Segundo (Rodrigues, 2010) o sistema de morgadio foi abolido em 1864 pela lei de 19 de maio de 1863 mas sem ter o efeito desejado por ter havido formas disfarçadas de manter o mesmo regime, introduzindo o arrendamento e parcerias que oneravam os rendeiros e parceiros com todos os custos associados à produção agrícola. Mais tarde, em 1967, através do decreto lei nº 47314 de maio do mesmo ano, o governo, através do Ministério das Colónias, visava resolver o problema de arrendamento rural. Entretanto esta lei não teve o resultado esperado devido às próprias características da sociedade caboverdiana. Desde o século XV até à independência de 1975, o governo português criou algumas leis agrárias. Mas as mesmas não tiveram o êxito esperado em Cabo Verde, devido à situação política e económica pela qual passava a colónia, devido à resistência dos grandes morgados e da administração

<sup>1</sup> instituto jurídico régio português que regulava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola. A principal função do sistema de sesmarias era estimular a produção.

<sup>2</sup> Transmissão indivisa do património.

<sup>3</sup> Propriedade livre isenta de encargos senhoriais

pública ao não deixarem que se sucedessem grandes mudanças na esfera social ou política do arquipélago. Sobre a lei de solos, no preâmbulo do Decreto-Legislativo n.º 2/2007, afirma-se que o regime jurídico dos solos é daqueles sectores em que não se registou alteração significativa, depois da Independência Nacional. Foram feitas intervenções legislativas em domínios como ordenamento do território, o planeamento urbanístico, o ambiente, em geral, mas, quanto ao regime jurídico dos solos, continuavam a vigorar as leis coloniais. A preocupação principal, anunciada nessa lei, é o estabelecimento de domínios. Ela regula a terra do ponto de vista do controlo, fazendo concorrer o domínio alienável e inalienável do Estado e das Autarquias Locais com o domínio privado dos administrados. Neste particular, a lei dos solos estabelece a ponte com o regime jurídico da propriedade privada e a disciplina jurídica de outras formas de ocupação e utilização da terra (Ramos, 2013).

Segundo (Gonçalves, 2013), a sociedade agrária Caboverdiana não sofreu grandes transformações entre desde o período colonial e no pós-colonial. O morgadio persiste, associado ao arrendamento, embora não tão concentrado como no período colonial, deixando uma boa parcela de cidadãos da terra privados da mesma. Assim, não obstante a embandeirada Reforma Agrária do Estado independente, durante a Primeira República, a concentração da terra continua a ser um a peneira social e o absentismo persiste, com novo sujeito - o emigrante no lugar do colono residente na metrópole. Para enfrentar o problema da gestão territorial, o Governo aprovou através da Resolução n.º 24/2020 de 18 de fevereiro, uma Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU), como uma ferramenta essencial, de longo prazo, para o controlo da urbanização. Para ilustrar o facto de a questão fundiária estar ainda de numa fase incipiente, basta tomar nota, nessa resolução, do reconhecimento da necessidade de um protagonismo local na criação e manutenção dum cadastro, coordenado pelo Órgão Executivo Nacional e em parceria com as autoridades locais, e dum sistema de registo eficiente que inclui o cadastro jurídico da terra e da propriedade urbana, com informações sobre cada parcela de terra na forma de um mapa com índices de ocupação e aproveitamento da terra (MIOTH, 2019).

**Percorso histórico da agricultura da *jatropha*:** Há uma coincidência (ou não) entre a abolição da escravatura nos territórios portugueses e uma reconversão agrícola em Cabo Verde em que se introduziu a *jatropha* no país. Segundo (Carreira, 1977) as notícias mais remotas da existência da *Jatropha* em Cabo Verde datam do final do século XVIII. O primeiro registo se refere a um anónimo que marca o ano de 1784; o segundo refere a Feijó, datado de 1797 e, por último, um relatório de José António Pinto, um militar que serviu em Cabo Verde de 1793 a 1797. Segundo o mesmo autor, entre 1843 a 1890, foram publicadas dezenas de portarias e expedidas instruções a regular os processos de plantio nas propriedades rurais e na orla dos caminhos. Foram, ao mesmo tempo, estabelecidas sanções para o «apanho e venda de semente de purgueira antes do seu perfeito estado de maturação» (1853). Foram definidas entidades incumbidas de indicar os meios para a «plantação de purgueira em larga escala» (1882). Concomitantemente foi autorizado acesso de navios de longo curso para portos de Tarrafal, Ribeira da Barca, Pedra Badejo, Gouveia, Rincão, Ribeira do António e outros portos de Santiago, em 1849, 1869 e 1877.

Este autor indica o ano de 1839 como o de início das exportações da purgueira. Sobre a exportação, refere este autor que, segundo os registos oficiais conhecidos, inicia-se em quantidades insignificantes, no ano de 1839. Em março de 1843, Francisco Cardoso de Melo, um branco radicado na terra, terá pedido um exclusivo de 12 anos para poder extrair o azeite de purgueira por máquina de pressão. Entretanto, em 1843, foi providenciada uma indústria para receber a matéria-prima africana, a preços convidativos. Deste modo se limitava a produção agrícola da *jatropha* e não permitiria a indústria da produção do óleo dessa planta no território de Cabo Verde.

A semente da *jatropha*, segundo (Carreira, 1977), indicando o relatório de 1898 da Imprensa Nacional, ascendeu 33\$000 a 35\$000 réis por moio<sup>4</sup>. Por esta razão, os agricultores durante longo tempo, limitavam-se a plantar, quase exclusivamente, e a semear purgueira, desprezando completamente todos os outros produtos coloniais, para poderem garantir matéria prima de exportação. Os dados, segundo (Carreira, 1977), indicam produção da purgueira nas ilhas de Santiago, Fogo, Brava, S. Vicente, S. Nicolau e Boavista e a quantidade de 97.191 moios mais 223.851 toneladas de sementes exportada de Cabo Verde, entre 1839 e 1969, i. é, uma média anual de 1.747,6 almudes e 17.212 toneladas, o equivalente a 317.154 toneladas. Isto dá uma média de 2.440 toneladas por ano. Como causas da destruição da purgueira em Cabo Verde, (Carreira, 1977) estribando-se em Borjona de Freitas, aponta os gados sem governo, o fabrico de sabão indígena que utilizava a cinza da purgueira, o aquecimento doméstico, doenças mal conhecidas e as secas prolongadas, nomeadamente as de 1896-1903, destacando o autor esta última causa. Enquanto se tornava no principal produto de exportação, também era a fonte para produção do azeite que se tornou no combustível de uso exclusivo, no arquipélago, (Idem).

Segundo (SILVA, 1982), apud (Santos Z. D., 2013), a independência nacional encontrou uma estrutura agrária instável, pois 40% dos camponeses não eram proprietário e trabalhavam em regime de arrendamento ou parceria. Os outros 60% eram proprietários, mas, destes 50%, pertenciam ao sistema misto (B.O. de Cabo Verde, n.º 18 de 5 de maio de 1982). O regime indireto de exploração, a sobreposição da titularidade de várias formas indiretas de exploração e de regimes por um mesmo indivíduo e o mini fúndio, constituem as principais limitações impostas ao desenvolvimento da produção no país, aliadas às condições climáticas adversas e à exiguidade de solos aráveis, cujo crescimento demográfico serviu para agravar ainda mais a situação. O Governo, na senda da transformação da estrutura agrária nacional, entre os vários passos que foram dados neste sentido, colocou em análise problemas ligados a escassez de terras, em relação ao número de habitantes que delas vivem; a necessidade de introduzir técnicas de comercialização que estimulem o aumento da produção agrícola e o crédito agrícola como estímulo à cooperação dos pequenos proprietários e dos rendeiros (Barros, 2010). Com o intuito de pôr fim aos regimes indiretos de exploração agrícola da terra, implementar o regime de posse útil dos meios de produção e da terra ao agricultor e estabelecer medidas e mecanismos de fomento agrário, o governo de Cabo Verde legislou no sentido da promoção do associativismo rural, sob a forma de cooperativa,

<sup>4</sup> Um moio mede volume equivalente, em peso, a o valor entre 660 a 900 quilogramas

redimensionar as explorações agrícolas privadas, reordenar o sistema agrário e valorizar as comunidades rurais, social e economicamente (Santos Z. D., 2013). Para (Gonçalves, 2013, pp. 162,163), no primeiro período pós-independência (Primeira República), o meio rural é recortado setorialmente como agropecuário; na Segunda República, é visto com capacidade traduzíveis em bens e serviços, e na fase atual, vê-se um regresso para uma setorialização distante de um planeamento territorial contemporâneo do mundo rural que favoreceria a expansão de atividades económicas de proximidade, que inclui também a ecologia e a sociedade.

A escassez de terra arável e consequente défice de produção alimentar (entre 80 e 90% das necessidades) e a vulnerabilidade natural, segundo a avaliação do National Adaptation Programme of Action on Climate Change (NAPA) para 2008-2012, levaram o governo a adotar políticas e ações com vista a aumentar a sua capacidade de adaptação enunciadas através de Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS), Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA) e Plano Estratégico do Desenvolvimento Agrícola (PEDA) entre outros. Baseado no processo do NAPA, Cabo Verde se propõe focar a sua estratégia de adaptação em três eixos. 1) Promoção de gestão integrada dos recursos hídricos, garantindo um fornecimento estável e adequado de água para consumo, agricultura, ecossistema e turismo); 2) aumentar a capacidade adaptativa do sistema de produção agro-silvo-pastoril, visando assegurar uma melhoria da produção nacional de alimento; 3) Proteção da zona costeira e seu habitat. Adicionalmente, procura para outras áreas do país, aumentar a reserva de água subterrânea, e melhorar a prática de conservação de solos.

#### **Conflitos derivados da posse e usos das terras em Cabo Verde**

Durante o período colonial, a história regista três grandes revoltas de camponeses em Cabo Verde, todas na ilha de Santiago. A primeira, conhecida como a Revolta dos Engenhos, de 1822. A segunda, a Revolta de Achada Falcão, de 1841, e, o último, a Revolta de Ribeirão Manuel, de 1910. Estas revoltas tinham em comum a disputa da terra, mas, numa delas, surge a colheita de frutos da *jatropha* explicitamente como móbil do conflito. (Pereira E. C., 2010) associa à revolta dos Engenhos causas políticas, mas, cujos agentes são os rendeiros dessa localidade, do interior da ilha de Santiago por se sentirem roubados nas suas atividades. Já os revoltosos de Achada Falcão, de 1841, tiveram a reivindicação por contratos escritos de arrendamento de terra e ao mesmo tempo pressionavam o governo geral a garantir o livre acesso às terras cultivadas e se libertarem das estratégias dos morgados de tornar os rendeiros vítimas de um processo de endividamento pela exorbitância descontrolada de rendas. A última revolta, a de Ribeirão Manuel, foi motivado pelos sucessivos roubos de colheitas e aguardente, sofridos pelos rendeiros, pela oposição a prestação de seis dias de trabalho gratuito ao morgado e contra o pagamento de exorbitantes rendas aos morgados, além de serem os rendeiros obrigados a vender gados aos morgados pelo preço por estes fixados, quando não tinham os rendeiros meios de saldar a renda. Pereira E. C. testemunha que os rendeiros de Ribeirão Manuel, Tomba Touro, Verianda e demais localidades, “em número superior a 100 pessoas”, assaltaram diversas propriedades nas freguesias de Santa Catarina e São Miguel, roubando sementes de milho e de “*purgueira*”, agredindo os guardas das propriedades com manducos e facas. Esta revolta se destaca pela participação das mulheres, uma vez que eram

as principais responsáveis pela apanha das sementes da “*purgueira*”. Uma nota de especial importância é que os rendeiros estavam sujeitos a um contrato que os obrigava a vender toda a colheita da “*purgueira*” ao próprio morgado, por um valor muito abaixo do mercado. Na sequência e resultado da última revolta, o Governador Arthur Marinha de Campos, que chegou a em 16 de novembro de 1910, chegou a prometer, segundo Pereira E. C., a posse de terras por parte de famílias até então desprovidas da proteção do governo geral. No Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão a reforma agrária dá-se como colapsada com a sublevação popular do dia 31 de agosto de 1981, em Boca de Figueiral – Coculi<sup>5</sup>. A camada social a quem a reforma agrária beneficiaria mostrou forte resistência.

**Exploração florestal:** Da independência nacional de 1975, a silvicultura passou de 1% da área do território nacional para 20%, avaliada em 2010, resultante de 25 anos de intensa atividade de florestação (Shigeru Nakada, 2010). (Monteiro, et al., 2020) aponta a escassez de terra e mão-de-obra como recursos determinantes da prática de agricultura de subsistência em Cabo Verde. Como estratégia para atenuar a situação vigente, indica a inclusão da diversificação dos sistemas de cultivo, como rotação, rotação de culturas, consorciação e agrossilvicultura, aproveitando as sinergias ecológicas. Cabo Verde fez um compromisso incondicional de longo prazo de iniciar novas campanhas de florestação/reflorestação, da ordem de 10.000 hectares até 2030. Com apoio internacional, Cabo Verde estabelece, como meta, uma cobertura florestal de uma área de cerca de 20.000 hectares até 2030. Aqui surge uma oportunidade para a reintrodução da *jatropha*, mas também, de uma vez só, uma oportunidade multiplicadora de ganhos ambientais e económicos. A realização do objetivo condicionado, num esforço de plantação estimado de 400 unidades por hectare, proporcionaria, a longo prazo, um sequestro de 360 tCO<sub>2</sub>eq por hectare, depois de 30 anos, correspondendo a 7,2 mtCO<sub>2</sub>eq para 20.000 hectares, em 30 anos, conforme Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) (Republic of Cabo Verde, 2016).

#### **Estratégia de Governança e capacitação para o setor agrícola:**

A independência de Cabo Verde trouxe uma nova visão em que houve uma tentativa de substituição da agricultura familiar de subsistência para uma agricultura virada para o mercado. Para isso havia que ser transformada todo sistema agrário herdado, pelo que se determinou a Lei de Bases da Reforma Agrária que expropria propriedades agrárias com dimensões superiores a 2 hectares, mediante justa indemnização negociada com o Estado. Estas expropriações eram prioritárias sobre grandes latifúndios dos absentistas. Ao mesmo tempo foi dada posse útil da terra aos rendeiros, parceiros e alguns trabalhadores assalariados que ocupavam os campos desde a independência nacional, enquanto foi promovido o confisco estatal de alguns territórios (de Borba & dos Anjo, 2012). Este autor salienta a avaliação de (Furtado, 1993) segundo o qual, não obstante ter havido alterações importantes da concentração fundiária nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, tais transformações não obtiveram maiores avanços porque o estado protegeu as terras adquiridas por emigrantes das desapropriações.

<sup>5</sup> Uma localidade no interior do Vale da Ribeira Grande na ilha de Santo Antão, onde se registou um morto e várias pessoas encarceradas e torturadas na sequência da sublevação popular referida

Porém, o surgimento de pequenas propriedades e um aumento do número de proprietários rurais resultaram do abandono das ilhas por parte dos antigos morgados ou por se terem desfeito das suas terras. Se por um lado é bom a fragmentação de propriedades e maior acesso de trabalhadores às propriedades fundiárias, por outro aumenta a complexidade na gestão e implementação de estratégias visando empreendimentos de grande escala, como é o caso da reintrodução da *Jatropha* para produção do biodiesel, exige maiores capacidades de negociação e coordenação por parte dos governantes, sobretudo num ambiente de deficit de capital social das autoridades. No relatório de um estudo sobre a gestão integrada das bacias hidrográficas de Santiago (Shigeru Nakada, 2010), assumiu-se o pressuposto de que o povo Caboverdiano sofreu severas pressões ao longo de sua história (graves secas, escravagismo e colonialismo Português durante 500 anos) e mantém forte sentimento de que foi enganado pelo Governo, mesmo depois da independência. Por consequência, os únicos credíveis passaram a ser a sua própria família, fazendo com que o sentimento de desconfiança mútua seja maior do que nos outros países e prevaleça o individualismo entre a população. 65% da população não possui terra e havia um registo de perda da população masculina jovem para a emigração, ficando um grande número de famílias chefiadas por mulheres.

Foram criadas, a partir de 1990, Associações Comunitárias de Base (ACB) como implementadora local das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) que não são propensas ao engajamento voluntário a empreendimentos que não conte com fundo financeiro externo, mas com insuficiente capacidade organizacional e de implementação de empreendimentos, pelo que se faz necessário o reforço da sua capacidade de liderança através de Projetos Alvo que visam elevar a capacidade e o nível de consciência das comunidades através da Formação de Chefes de Grupo e de Capacitação e Sensibilização das Comunidades, apoiando assim o Plano de Desenvolvimento. O projeto procurará também fortalecer as capacidades dos extensionistas e simultaneamente objetivar a vulgarização dos Projetos Alvos nas respetivas Zonas Agro Ecológicas de outras Bacias Hidrográficas, através do “Projeto Alvo de Extensão entre Agricultores” e o “Projeto Alvo de Melhoria do Sistema de Extensão”. Tudo isto, com vista a aumentar o capital social e a credibilidade de programas como as de produção do biodiesel que exigirá uma integração de grande número de proprietários de terras que não sendo concorrentes com terrenos de produção de alimentos, não deixam de ser alvos de pressão imobiliária, não esquecendo de que se trata de um pequeno país insular e que vem registando uma rápida expansão nos negócios de turismo.

(Rodrigues, 2010) defende que o principal problema dos programas de governo para o setor agrícola reside na falta de sintonia entre as políticas públicas e a realidade da agricultura por entender que as políticas são criadas por pessoas que, no fundo, não conhecem bem a realidade rural e, por conseguinte, elas acabam por não se adequar à realidade, o que deixa sem benefício a agricultura e os agricultores. Convém salientar que existe um hiato de memória entre o tempo em que *Jatropha* representou uma aposta acertada e a atualidade, considerando que são escassos, ou de acesso restrito aos poucos estudiosos, os registos do tempo da prosperidade da *Jatropha* para mobilizar a população rural para uma ação do género, a menos que haja uma renovação do perfil da população agricultora, tornando-a mais aberta a inovações.

O Estado de Cabo Verde comprometeu-se ainda, através do INDC, melhorar e atualizar o inventário e o registo de terra (incluindo serviços de demarcação), implementando um inventário e registo de terras totalmente desenvolvido e operacional, bem como uma análise de escopo e viabilidade da área; indicar áreas prioritárias de florestação/reflorestação baseada em opções de vegetação, considerando questões técnicas e clarificação de regras de posse e acordos de gestão com proprietários privados de terras; preparar um plano de gestão sustentável da terra juntamente com subsídios baseados no desempenho (Republic of Cabo Verde, 2016). Isto permitiria o domínio das situações relativas a posse das terras e permitiria o uso de melhores abordagens aos implicados e interessados na identificação e execução de novos projetos nas quais se enquadra a produção do biodiesel da *Jatropha*

## MATERIALS E MÉTODOS

Adotou-se a pesquisa bibliográfica e exploratória, dada a natureza da matéria em estudo, em que a experiência existente no passado não foi alvo de um apurado estudo científico, pelo menos do domínio público, senão alguns de caráter narrativo/descritivo. Pelo facto de se estar perante algo que se propõe para futuro, o método exploratório serve como um complemento ao bibliográfico, havendo documentos de política e estratégias que concorrem para os objetivos propostos neste estudo. Este estudo abrange o território nacional Caboverdiano. Nesta fase acredita-se que esta abordagem é o mais indicado, já que se trata de um primeiro passo no sentido da avaliação da reintrodução da *Jatropha*, num pressuposto de que é possível construir um ambiente que propicia a sua sustentabilidade a partir de sua conexão ao setor energético e agrícola. A análise sobre a estrutura agrária na colónia e Estado de Cabo Verde abrange desde a descoberta até a vigência do Estado. Já a *praxis* e as políticas agrícolas, particularmente reportando a produção de sementes da *Jatropha*, apenas se suportam sobre dados a partir do século XVIII ao século XX. Destas fontes, para o Estado de Cabo Verde, destacam-se os documentos de políticas dos Governos de Cabo Verde, como os Planos de Desenvolvimento, os Programas de Governo e as Estratégias anunciados para os diversos setores da governação. A partir dessas fontes procura-se avaliar os constrangimentos e os conflitos existentes a serem ultrapassados e resolvidos, respetivamente, na esfera agrária. E nas Políticas Públicas do setor agrícola, avaliam-se as abordagens que favorecem este setor e na produção da matéria prima para produção do biodiesel, seguindo os alinhamentos aos objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis, no contexto atual.

## DISCUSSÃO

Analisa-se os ambientes agrário e agrícola em que se insere uma reconversão do uso de solos impróprios para a agricultura procurando um bom aproveitamento e rendimento ao introduzir o plantio da *Jatropha* e as mudanças políticas necessárias para o sucesso do empreendimento. A avaliação dos dados apresentados indica que há uma margem de aumento da área de expansão da silvicultura que espera ser aproveitada. O principal constrangimento apresentado tem sido a escassez da chuva cujo comportamento foge ao controlo, pelo menos no estágio atual de conhecimento e desenvolvimento em Cabo Verde.

Tabela 1. Resumo do a política Pública para setores agrário e agrícola

| Período  | Objetivos  | Estratégias  | Setor Agrícola   | Setor Agrário  |
|--|--|--|--|--|
| Programa do Governo para IX Legislatura, 2016-2021 | 1. Fazer de Cabo Verde uma Economia de Circulação localizada no Atlântico Médio;<br>2. Garantir a sustentabilidade Económica e Ambiental | Inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial | Investigação e Desenvolvimento; Extensão rural; Transição agrícola para rendimento, para agricultor e para sociedade; Proteção ambiental; Empresarialização do setor; Silvicultura com função antierosiva; Crédito agrícola, incentivos e parcerias; Logística agrícola e assistência à comercialização; Assistência à organização da classe produtiva (cooperativas e empresas agrícolas) | Ordenamento agrícola; Elaboração e implementação participada de planos de ordenamento específicos; Equacionamento das questões fundiárias, i. é, atribuição de titularidade de propriedade aos agricultores dos terrenos disponibilizados pelo Estado; Assistência técnica na resolução de conflitos fundiários; |

A bordagem aqui utilizada é a da supressão da chuva, do campo estabelecido de análise, ficando apenas a estrutura agrária, associada à agricultura. Isto porque se se ficar pela dependência da agricultura à abundância de chuvas, constata-se que apesar da construção de importantes infraestruturas de captação de água das chuvas, em apenas um ano de seca já fica comprometida todo o sistema agropecuário. Comprova este facto, os últimos três anos de seca, com início em 2016, que ainda se atravessa atualmente. Porém, quando se acopla a água à energia, abre-se um caminho que coloca o foco, não na escassez da chuva, mas na terra (solo) como sendo o fator limitante mais importante juntamente com as políticas públicas da agricultura. Sendo que o problema de aproveitamento da terra possui uma forte componente técnica e científica, portanto, uma vez visto como um problema, uma solução seria encontrada. Porém a sua colocação como problema é já de fórum político e toda a montagem de decisões subsequentes relativos à institucionalização do problema, a identificação dos *stakeholders* e as engenharias financeiras necessários para lidar com o problema, além da visão dos condicionantes e incentivos que se colocam à volta do rumo assumido para solução do problema.

Todo o percurso histórico à volta da praxis e de políticas agrícolas em Cabo Verde, os documentos de estratégias, os planos e programas de ação do governo convergem para um ambiente favorável a reintrodução da *jatropha* no país. Todavia, a evolução das políticas agrárias indica uma subordinação da estrutura agrária aos interesses dos agentes políticos vigentes. São encontrados os seguintes constrangimentos à atividade agrossilvicultura intensiva que se prendem com as práticas fundiárias que, segundo reconhece o documento Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (MAHOT, 2014), é uma reminiscência do sistema de gestão de terras do passado. Pois, desde a ocupação colonial, as grandes propriedades vêm se fragmentando e cedidas aos camponeses em regime de renda e parceria e, durante a última grande fome, assistiu-se à venda anárquica de terras. Por esse motivo, o governo tem assumido o compromisso de realizar uma atualização do cadastro de terras no país. A proposta de reintrodução da *jatropha* visa múltiplos objetivos, numa única ação, nomeadamente expansão de uso de terra, melhoria de solos. Este motivo pode colocar sob reavaliação o quadro identificado no Inventário Florestal

Nacional de 2013 que numa cobertura florestal de 43 617 ha, 13 462 ha são zonas agroflorestais e 11 302 ha é floresta aberta, não há registo de *jatropha* e há, nas zonas de baixa altitude, uma cobertura em Acácia e Prosópios de que configuram 6% e 61%, respetivamente, dos perímetros florestais. Reporta ainda uma significativa presença de outras espécies invasoras em relação aos quais se deve considerar a substituição pela *jatropha* que não é invasora e que já fez parte da diversidade nacional. O fator humano (agricultores e a comunidade rural) é integrado aqui dentro de medidas políticas em que se reconhece ser decisivo na conceção e implementação de políticas agrárias e agrícolas. (MAHOT, 2014) já considera que uma participação pública consciente, bem formada e informada deve ser considerada, e reconhece que ela é, ainda, muito vestigial e tímida, a nível nacional.

### Considerações Finais

A motivação deste trabalho foi a procura em perceber se existem condições política (na perspectiva da língua inglesa do conceito “*policy*”<sup>6</sup>), histórica e cultural, bem como a gestão agrária e agrícola que sustentem uma base de arranque e perenização da reintrodução da *jatropha* em Cabo Verde, no pressuposto de que existem solos pobres e sem usoso, ao mesmo tempo, um elevado potencial de mobilização de água pela via da indústria de dessalinização, usando os recursos energéticos locais. Dentro do objetivo geral da descarbonização da economia de Cabo Verde, e dentre outros objetivos específicos, destacam-se, a análise das *praxis* e política agrária e de políticas públicas setoriais que determinam a reintrodução da *jatropha* em Cabo Verde, com vista a produzir o biodiesel como um fator importante na descarbonização da economia caboverdiana. As fontes bibliográficas e documentos oficiais sobre o assunto atestam a existência de condições materiais básicas para o empreendimento da produção do biodiesel. Entretanto, será necessário um trabalho cuidadoso a fim de tornar consistente o processo, desde o ponto de vista de pesquisa técnico-científica multi/transdisciplinar e política, dado que muito do que existiu no passado da cultura da *jatropha* já deixou de existir e a

<sup>6</sup> Policy (no plural: policies) é entendido como ação do governo e, constituindo atividade social que visa a garantia a segurança externa específica e a solidariedade interna de um território determinado de acordo com o direito (Dias & Matos, 2012)

memória escrita daquela experiência é limitada, considerando que as bases de partida são completamente diferentes das dos séculos XVII e XVIII. Encontra-se agendada a elaboração de um cadastro de registo de terra, que reflita a dinâmica de uso e da propriedade, base sobre a qual se estabelecem as políticas agrárias e agrícolas, configurando-se uma oportunidade de avaliação política da implementação de processos de produção do biodiesel, que tem como ponto de partida a fase de produção vegetal, da colheita e tratamento das sementes e a fase industrial da produção do biodiesel.

## REFERÊNCIAS

- Alves, J. M., da Silva, S. R., Sousa, A. d., Lopes, G. N., Smiderle, O. J., & Uchôa, S. C. (2008). Pinhão-Manso: Uma Alternativa para Produção de Biodiesel na Agricultura Familiar da Amazônia Brasileira. *Agro@ambiente On-line*, vol.2, no. 1.
- Barros, M. L. (2010). *ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DO "ESTADO – SOCIAL" DE CABO VERDE (Análise da Imprensa entre 1975 a 1985)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Acesso em 09 de Março de 2020, disponível em <http://www.portaldocohecimento.gov.cv/bitstream/10961/189/1/Aspectos%20Da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20DO%20E2%80%9CEstado%20E2%80%93%20Soci%20aL%20E2%80%9D%20De%20Cabo%20Verde.pdf>
- Carreira, A. (1977). *Cabo Verde*. Lisboa: Ulmeiro.
- Caseiro, C. (ago de 2011). A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NO MUNDO ATUAL: QUESTÕES-CHAVE PARA ANALISAR A SUASUSTENTABILIDADE. *CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 6, n. 12., pp. 6-31.
- Conselho de Ministros da República de Cabo Verde. (3 de Fevereiro de 2012). Resolução nº 7/2012. «B. O.» DA REPUBLICA DE CABO VERDE. Cabo Verde.
- Dafallah, T., & Ackom, E. (15 de June de 2016). Analysis of national Jatropha biodiesel programme in Senegal. *AIMS Energy*, 4(4). doi:10.3934/energy.2016.4.589
- de Borba, C. d., & dos Anjo, J. G. 2012. questão fundiária em cabo verde: posse tradicional x propriedade da terra em são salvador do mundo. *Conjuntura Austral*, 3, nº. 11.
- Dias, R., & Matos, F. (2012). *Políticas Públicas: Princípios Propósitos e Processos*. atlas.
- Ferreira, W. J., Batista, G. T., Castro, C. M., & Devede, A. C. (2013). Biodiesel de pinhão manso (*Jatropha curcas* L.) em países emergentes: alternativa para o desenvolvimento regional. Acesso em 20 de 07 de 2019, disponível em <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/868/314>
- Garcez, C. A., & Vianna, J. d. (2008). Brazilian Biodiesel Policy: Social and environmental considerations of sustainability.
- Gonçalves, M. S. (2013). *Estados Pós-Coloniais na África e a Institucionalização de Políticas Ambientais: Derivas e Importação de Políticas em Cabo Verdees*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural-PDGR da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- GOVERNO DE CABO VERDE. (Setembro de 2018). PEDS- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021. *Ministério das Finanças - Direção Nacional do Planeamento Governo de Cabo Verde*. Acesso em 20 de abril de 2020, disponível em <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>
- Lima, A. M. (Setembro de 2011). Estudos recentes e perspectivas da viabilidade técnico-econômica da produção de biodiesel. Fonte: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/933944/1/doc08Alice.pdf>
- MAHOT. 2014. estratégia e plano de ação nacional sobre a biodiversidade 2015 - 2030. 100. Praia, República de Cabo Verde: Direção Geral do Ambiente. Acesso em 29 de abril de 2020, disponível em <https://www.cbd.int/doc/world/cv/cv-nbsap-v2-pt.pdf>
- MIOTH. 2019. política nacional do ordenamento do território e urbanismo de cabo verde. Cabo Verde: Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação. Acesso em 15 de abril de 2020, disponível em <https://www.governo.cv/documentos/politica-nacional-do-ordenamento-do-territorio-e-urbanismo/>
- Monteiro, F., Fortes, A., Ferreira, V., Essoh, A. P., Gomes, I., Correia, M. A., & Romeiras, M. M. (2 de January de 2020). Current Status and Trends in Cabo verde Agriculture. *agronomy*. doi:10.3390/agronomy10010074
- Pereira, D. A. (2004). *A SITUAÇÃO DA ILHA DE SANTIAGO NO 1º QUARTEL DO SÉCULO XVIII*. Cabo Verde: Alfa-Comunicações.
- Pereira, E. C. (2010). *Política e Cultura: As Revoltas dos Engenheiros (1822), De Achada Falcão (1841), e de Ribeirão Manuel (1910)*. Departamento de História. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Ramos, M. A. (27 de Setembro de 2013). DIREITO DA TERRA Compêndio de Legislação. (*Projeto de Gestão da Propriedade para a Promoção do Investimento*). Praia. Republic of Cabo Verde. (2016). *Intended Nationally Determined Contribution of Cabo Verde*. Fonte: [https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Cabo%20Verde%20First/Cabo\\_Verde\\_INDC\\_.pdf](https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Cabo%20Verde%20First/Cabo_Verde_INDC_.pdf)
- Rodrigues, N. S. (2010). *Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago-Cabo Verde*. Departamento de Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Santos, M. M., Torrão, M. F., & Soares, M. J. (Eds.). (2007). *HISTÓRIA CONCISA DE CABO VERDE, Resumo da História Geral de Cabo verde*. Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical-Lisboa e Instituto da Investigação e do Património Culturais-Praia.
- Santos, Z. D. (2013). A Reforma Agrária em Cabo verde: estudo de caso no concelho da Ribeira Grande de Santão Antão.
- Shigeru Nakada. (2010). *O Estudo do desenvolvimento rural integrado das bacias hidrográficas da ilha de santiago da república de cabo verde: relatório final*. agência de cooperação internacional japão ntc internacional CO., LTD. Acesso em 20 de abril de 2020, disponível em [https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12012761\\_01.pdf](https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12012761_01.pdf)
- Smil, V. (12 de 2006). 21st century energy: Some sobering thoughts. Acesso em 20 de 07 de 2019, disponível em <http://oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/2083/>
- Smil, V. (JULY de 2012). A Skeptic Looks at Alternative Energy. Acesso em 20 de 07 de 2019, disponível em <https://spectrum.ieee.org/energy/ren-ewables/a-skeptic-looks-at-alternative-energy/0>